

Jurisdição e Competência no Novo C.P.C.

COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL
E COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL

2019

Artur César de Souza

**JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA NO NOVO C.P.C.
COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL
E COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL**

© ALMEDINA, 2019

AUTOR: Artur César de Souza

DIAGRAMAÇÃO: Almedina

DESIGN DE CAPA: FBA.

ISBN: 978-85-8493-442-3

—
Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Souza, Artur César de
Jurisdição e competência no novo C.P.C. :
competência da justiça federal e competência da
justiça estadual / Artur César de Souza. --
São Paulo : Almedina, 2019.

Bibliografia.

ISBN 978-85-8493-442-3

1. Competência (Direito judiciário) 2. Competência
(Direito) - Brasil 3. Jurisdição 4. Jurisdição -
Brasil 5. Processo civil - Brasil I. Título.

19-23714

CDU-347.98(81)
-347.9(81)(094.9)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Competência : Processo civil 347.98(81)
2. Brasil : Jurisprudência : Processo civil 347.9(81)(094.9)

Maria Alice Ferreira – Bibliotecária – CRB-8/7964

Este livro segue as regras do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990).

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro, protegido por copyright, pode ser reproduzida, armazenada ou transmitida de alguma forma ou por algum meio, seja eletrônico ou mecânico, inclusive fotocópia, gravação ou qualquer sistema de armazenagem de informações, sem a permissão expressa e por escrito da editora.

Fevereiro, 2019

EDITORA: Almedina Brasil

Rua José Maria Lisboa, 860, Conj.131 e 132, Jardim Paulista | 01423-001 São Paulo | Brasil

editora@almedina.com.br

www.almedina.com.br

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 – JURISDIÇÃO BRASILEIRA	33
1. Jurisdição – Uma Garantia Constitucional	33
2. Jurisdição – Definição	38
3. Jurisdição – Características	42
3.1. Jurisdição Voluntária	45
4. A Imparcialidade como Essência da Jurisdição	47
5. A Coisa Julgada como Essência da Jurisdição	52
6. O Princípio Constitucional do “Acesso à Justiça” como Essência da Jurisdição	53
7. Princípios que Regem a Jurisdição	56
7.1. Princípio da Inevitabilidade da Jurisdição	56
7.2. Princípio da Inércia da Jurisdição	57
7.3. Princípio da Unicidade da Jurisdição	58
7.4. Princípio da Inafastabilidade da Jurisdição	58
7.5. Princípio da Aderência da Jurisdição	60
7.6. Princípio da Investidura	61
7.7. Princípio da Indelegabilidade da Jurisdição	61
8. Das Normas Regulamentadoras da Jurisdição Civil Brasileira	62
9. Dos Limites e da Extensão da Jurisdição Brasileira	65
9.1. Da Competência Concorrente entre a Jurisdição Brasileira e a Jurisdição Estrangeira	70
9.1.1. Domicílio do Réu em Território Brasileiro	70
9.1.2. No Brasil Tiver de ser Cumprida a Obrigação	75

9.1.3.	O Fundamento Seja Fato Ocorrido ou de um Ato Praticado no Brasil	76
9.1.4.	Alimentos – o Credor Tiver Domicílio ou Residência no Brasil	81
9.1.5.	Alimentos – Réu Mantém Vínculos no Brasil	84
9.1.6.	Relações de Consumo	85
9.1.7.	Eleição de Jurisdição – Expressa ou Tácita	87
9.2.	Jurisdição Concorrente e a Litispendência	92
9.3.	Da Competência Exclusiva da Jurisdição Brasileira	99
9.3.1.	Ações Relativas a Imóveis Situados no Brasil	101
9.3.2.	Sucessão Hereditária	104
9.3.3.	Partilha de Bens em Divórcio, Separação Judicial ou Dissolução de União Estável	107
CAPÍTULO 2 – COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL		111
1.	Cooperação Jurídica Internacional – Definição	111
2.	Regulamentação da Cooperação Jurídica Internacional	115
3.	Requisitos para Cooperação Jurídica Internacional	115
4.	A Reciprocidade como Critério de Realização da Cooperação Jurídica Internacional	117
5.	Cooperação Jurídica Internacional e sua Relação com as Normas Fundamentais do Estado Brasileiro	119
6.	Autoridade Central	120
7.	Objeto da Cooperação Jurídica Internacional	125
8.	Auxílio Direto	128
9.	Carta Rogatória	137
10.	Recusa do Pedido Passivo de Cooperação Jurídica Internacional	151
11.	Autenticidade dos Documentos que Instruem o Pedido de Cooperação Jurídica Internacional	152
12.	Cooperação Jurídica Internacional “Ativa”	153
CAPÍTULO 3 – COMPETÊNCIA INTERNA		155
1.	Definição de Competência	155
2.	Classificação ou Distribuição da Competência	159
2.1.	Competência em Razão do Valor	161
2.2.	Competência em Razão da Matéria (Natureza da Causa)	163
2.3.	Competência em Razão do Território	164

2.4. Competência em Razão da Função (Órgão Jurisdicional ou Pessoa (Parte))	168
3. Momento de Determinação da Competência do Órgão Jurisdicional – <i>Perpetuatio Jurisdictionis</i>	170
4. Medidas Urgentes Concedidas por Juiz Incompetente	176
5. Competência da Justiça Federal	177
5.1. Intervenção da União	210
5.2. Intervenção de Autarquias, Agências Reguladoras, Agências Executivas, Consórcios Públicos, Conselhos de Fiscalização Profissional, Fundações Públicas e Empresas Públicas	214
5.2.1. Autarquias	214
5.2.2. Conselho de Fiscalização de Atividade Profissional	217
5.2.3. Fundações Públicas	219
5.2.4. Empresa Pública	221
5.3. Sociedade de Economia Mista	227
5.4. Empresas Concessionárias, Permissionárias e Autorizadas de Serviços Públicos Federais	232
5.5. Remessa dos Autos à Justiça Federal	235
5.6. Permanência dos Autos na Justiça Estadual	239
5.7. Permanência dos Autos na Justiça Eleitoral e na Justiça do Trabalho	241
5.8. Cumulação de Pedidos e Remessa dos Autos	242
5.9. Restituição dos Autos pelo Juízo Federal	244
5.10. Recurso Contra a Decisão de Devolução dos Autos	245
6. Competência do Foro do Domicílio do Réu	246
6.1. Ação Fundada em Direito Real Sobre Bens Móveis	250
6.2. Ação Fundada em Direito Pessoal	251
6.3. Domicílio: Definição e Características	256
6.4. Domicílio e Execução Fiscal	256
6.5. Competência do Foro do Domicílio do Ausente	258
6.6. Competência do Foro do Domicílio do Representante Legal ou Assistente de Incapaz	259
6.7. Competência do Foro do Domicílio para as Causas em que Seja Autora ou Ré a União	260
6.7.1. Competência do Domicílio do Réu Quando a Autora for a União	264
6.7.2. Competência do Domicílio do Autor Quando a União For a Demandada	265

6.7.3.	Competência do Domicílio do Segurado ou Beneficiário – Art. 109, §3º, da Constituição Federal	269
6.7.4.	Outras Hipóteses de Delegação de Competência – Parte Final do Art. 109, §3º, da Constituição Federal	274
6.8.	Competência do Foro do Domicílio do Réu para as Causas em que Seja Autor Estado ou o Distrito Federal	276
7.	Competência da Demanda Fundada em Direito Real Sobre Imóveis	277
7.1.	Exceção à Regra de Competência do Foro de Situação da Coisa	281
7.2.	Ação Possessória Imobiliária	281
8.	Competência, no Brasil, para o Inventário, a Partilha, a Arrecadação, o Cumprimento de Disposições de Última Vontade, a Impugnação ou Anulação de Partilha Extrajudicial e para Todas as Ações em que o Espólio for Réu	283
9.	Competência para a Ação de Divórcio, Separação, Anulação de Casamento e Reconhecimento da União Estável	286
10.	Competência para Ação de Alimentos	290
11.	Competência Quando uma das Partes for Pessoa Jurídica Personificada ou Não Personificada	297
12.	Competência do Local onde a Obrigação deve ser Satisfeita, para a Ação em que se lhe Exigir o Cumprimento	303
13.	Competência da Residência do Idoso, para a Causa que Verse Sobre Direito Previsto no Respetivo Estatuto do Idoso	306
14.	Competência da Sede da Serventia Notarial ou de Registro, para a Ação de Reparação de Dano por Ato Praticado em Razão do Ofício	309
15.	Competência do Lugar do Ato ou Fato para a Demanda de Reparação de Dano	310
16.	Competência do Lugar do Ato ou do Fato para Demanda em que for Réu Administrador ou Gestor de Negócios Alheios	318
CAPÍTULO 4 – MODIFICAÇÃO DA COMPETÊNCIA		321
1.	Competência Relativa	321
2.	Conexão	330
2.1.	Definição	331
2.2.	Reunião das Causas Conexas	335
2.3.	Processo já Sentenciado	341
2.4.	Risco de Prolação de Decisões Conflitantes e Contraditórias	342
3.	Continência	346

3.1. Definição	346
3.2. Extinção ou Permanência da Ação Contida	349
4. Prevenção e Reunião das Demandas	349
5. Imóvel Situado em Mais de um Estado, Comarca ou Seção Judiciária	351
6. Demanda Acessória e Demanda Principal	352
7. Inderrogabilidade da Competência por Convenção das Partes	354
8. Modificação da Competência em Decorrência de Cláusula de Eleição de Foro	355
CAPÍTULO 5 – INCOMPETÊNCIA DO JUÍZO	363
1. Momento Processual para Alegação da Incompetência Relativa e Absoluta	363
2. Amplitude Procedimental para Alegação da Incompetência “Absoluta”	366
3. Questão de Ordem Pública e Prequestionamento	367
4. Decisão Sobre a Alegação de Incompetência	379
5. Recurso Cabível Contra Decisão que Versa Sobre Competência	381
6. Efeitos das Decisões Proferidas pelo Juízo Incompetente	384
7. Do Conflito de Competência	386
CAPÍTULO 6 – COOPERAÇÃO NACIONAL	395
1. Reciprocidade de Cooperação Nacional	395
2. Espécies e Métodos de Execução de Cooperação Nacional	399
REFERÊNCIAS	401